

CAPÍTULO VIII

Contornos retóricos do medo¹

Antes de Qualquer Retórica

Para quem tem medo, suco de amora é sangue. A memória, no caso, ancorada em impressões subjetivas, instaura uma verdade e vivencia a falácia da causa comum: dois acontecimentos são tomados como causa um do outro e não se leva em conta que ambos são causados por um terceiro. Alguns, mais frágeis, se estiverem em um cenário propício, podem desmaiar diante dessa impressão falaciosa, pois o medo, de algum modo, é o pai da invenção. Conta, para seu agir criativo, com a potencialidade grandiosa da mente humana, capaz de vivenciar um cenário singular de formas muito diversas, uma vez que a intensidade do medo é realçada pelo histórico de vida de cada um. Diante do “sangue” de amora, as ideias de causa, consequência, fato, verdade e verossimilhança oscilam momentaneamente e revelam metáforas do existir, normalmente traduzidas em excêntricas singularmente humanas. O interessante é que figurativizamos o mundo de forma bastante razoável e, por isso, o corpo dá sinais claros de alteração nervosa, menos ou mais intensa, de acordo com os contornos criativos de nossa mente. Enfim, por mais que sejamos racionais, vemos o mundo de forma apaixonada. O medo, seja ele qual for, é verossímil.

Assim, o homem, amedrontado, na Caverna de suas paixões, toma a aparência pelo real e vive realisticamente as ilusões, sempre mais fortes do que a realidade intelectual. O medo, para o homem, é sempre carregado de um arrebato violento e perturbador (*hexeis*²) que, da Antiguidade à Idade Moderna foi considerado como um dos diferentes tipos de movimentos experimentados na alma e no corpo, ligado, portanto, às emoções e aos afetos. Como o medo, em muitos momentos, não passa pela mediação do discurso, veste-se com os próprios movimentos da alma e se revela como fenômeno que atinge graus

.....
1 Este capítulo foi originalmente publicado: FERREIRA, Luiz Antonio. Contornos retóricos do medo. In: MAGALHÃES, Ana Lúcia; FERREIRA, Luiz Antonio; FIGUEIREDO, Maria Flávia (orgs.). **Retórica do medo**. 2ª edição revista e ampliada. Franca, SP: Cristal/São Paulo: Grupo ERA, 2015, p. 11-28.
2 Optamos pela grafia e acentuação dos termos gregos utilizados dentro da Língua Portuguesa. Mantivemos o itálico e eliminamos todos os diacríticos de acentuação, uma vez que a acentuação do grego não obedece aos mesmos critérios da Língua Portuguesa; excetuamos os nomes próprios. (Nota das revisoras)

insuportáveis (modernamente considerados patológicos) ou cria arestas tão intensas que se traduzem, nas limitações do verbal, em algo como pânico ou ansiedade. Nesse sentido, o medo é mesmo a hora do corvo bicando em nós, o momento em que a razão se vê desarmada e frágil. Em nossos dias, Zygmunt Bauman (2008), numa tentativa de traduzi-lo em palavras, conceitua-o como o nome que atribuímos às nossas dúvidas, à nossa falta de compreensão da ameaça que nos atinge e do que deve ser tomado em relação a ela, para fazê-la parar ou enfrentá-la. O conceito de Bauman, como vemos, justifica-se em termos cognitivos, embora, como Freud (1986), procure deixar claro que se enraíza no inconsciente e não em formas racionais de ação. As visões sobre esse fenômeno humano vão mudando e, como afirma Foucault em *A História da Loucura na Idade Clássica* (1997), as paixões da alma vão deixando de pertencer à Metafísica, à Ética e à Política para se tornarem, pouco a pouco, objeto de estudo da Medicina, da Clínica e da Psicologia científica. Não mais são consideradas como vícios ou virtudes, mas por deixarem de ser paixões ficam sob a suspeita de serem doença (CHAUI, 1987).

Esse medo primeiro, que pode ser considerado como categoria ontológica e psicológica do ser humano, que nos põe na face do abismo, prescinde do discurso. Simplesmente é. E não deixa dúvidas quanto à sua existência. Não se contrapõe à bravura, não se deixa abalar pelos ditames sociais que o categorizam como a antítese da coragem e encaminham toda a educação para o enfrentamento. Esse medo inominável não nos oferece a lógica do preferível, do aceitável, do razoável. Simplesmente refuta o que há de sábio em nós e se aninha, como um feitor autoritário, dentro do invólucro que, insensatamente, chamamos de nosso corpo, e que, na verdade, apesar de toda a ciência, pouco dominamos.

Dimensões do Medo no Ato Retórico

O medo, visto como fenômeno ontológico e profundamente humano, reside no espaço do impensado, do indizível. Permite, porém, “variações sobre o mesmo tema” quando envereda pelos intrincados caminhos do discurso. Em qualquer caso, poderoso e rapidíssimo, suspende, desarma e desorienta a razão. Ousado, retira de nós o crivo do ridículo, exacerba a inibição, afugenta a naturalidade e, sem antídoto imediato, instaura o horror. Nunca está no que conhecemos por zona de conforto e sempre atua nas entranhas humanas.

Preservado por sua natureza terrificante, infiltra-se, como produto elaborado no seio do discurso, do exterior para o interior do homem. É possível reconhecê-lo quando ocupa um vazio retórico e o preenche com argumentos de natureza histórica, institucional ou subjetiva. Essa concepção de medo,

que intenta abolir o tempo da consciência, atua, sobretudo, no fluir do próprio tempo e quase sempre se mostra como uma afecção capaz de mudar o destino. É, enfim, um fenômeno destituído da vestimenta da palavra.

Por outro lado, como o medo só existe em função do outro (seja ele qual for), pode ser provocado por artifícios retóricos bem simples ou altamente intrincados. Argumentar, louvar, censurar, esclarecer e instruir são componentes fundamentais da ação retórica. Como um artifício discursivo especial, o ato retórico objetiva modificar os juízos, sem que necessariamente precise mentir ou iludir o auditório. Pode, por isso, alterar os sentimentos de dor e de prazer no ouvinte para levá-lo a tomar decisões, a agir conforme o modelo de valores e sentimentos constituído no discurso. O ato retórico produz, desse modo, efeito nos afetos e nas emoções do ser vivente. O que se depreende é que “a argumentação não tem como finalidade a adesão puramente intelectual. Visa, sim, incitar à ação ou, pelo menos, criar uma disposição para a ação” (PERELMAN, 1993, p. 131).

a) As palavras do inimigo e o cotidiano

Comumente, quando a normalidade e a segurança se acomodam nos vazios retóricos, um problema, de qualquer natureza, acelera os domínios do discurso e esforça-se por colocar o homem apaziguado diante do abismo do medo. Sempre foi assim na História. Vestido de palavras, aforismos, provérbios, louvores, alegorias, longas narrações, argumentos muito elaborados, o medo é apresentado como o fio da navalha. Quando produto retórico, nasce no parto da problematologia e se fortalece do exterior para o interior, com o intuito de alterar os afetos para atingir, muito depois, a razão.

A esse respeito, poucos homens têm medo da navalha nas mãos do barbeiro. Poucos homens têm medo do próprio barbeiro. Bastaria, porém, que alguém perguntasse a um deles: “Como você pode confiar naquele barbeiro?” para que um vazio retórico fosse preenchido, imediatamente, pela dúvida, pela interrogatividade. O orador poderia, então, continuar a falar, como se estivesse dando uma informação verdadeira e necessária: “Aquele barbeiro tem apresentado ultimamente um comportamento agressivo, quase homicida e deu para rir estranhamente nas últimas semanas.”. A representação do mundo e da figura do barbeiro, colocado no centro de um discurso que se pretende persuasivo, objetiva alterar os espíritos: o que sempre foi uma ferramenta de trabalho pode tornar-se uma perigosa arma mortífera. A figura amigável e tranquila do barbeiro converte-se, de repente, na face monstruosa da dissimulação, da hipocrisia, do instinto animal. Um sorriso educado e bonachão, no contexto retórico criado, modifica-se para mostrar a ânsia animalesca do assassino.

O auditório, ainda que esteja na mesma barbearia de sempre, vê o pequeno salão pintado com as cores do terror e enfrenta a antessala do inferno ou uma escura câmara de tortura. No auditório, remanesce, como *pathos*, não mais o *metus existimationis*, ligado ao receio da opinião alheia, mas sim o próprio *metus*, intenso e poderoso que, pelo discurso, provoca a insegurança da consciência.

O exemplo é bem simples, mas a potência discursiva contida em “agressivo”, “homicida” e “estranhamente” desarranja a disciplina mental do auditório, pois o orador projeta, do exterior para o interior, um anormal perigoso. É a eficácia do discurso que ocupa um espaço antes impensado, capaz de dominar os fios tênues da razão, abalar a confiança para, como efeito patêmico, fazer aflorar o medo em seres mais suscetíveis à opinião alheia.

Como existia um vazio retórico, ancorado na plácida rotina da barbearia e na confiança que despertava no auditório, o ato retórico em si, pautando-se na retórica das paixões, forjou um problema, problematizou o cotidiano e, como acontece em casos assim, não propiciou tempo para que o auditório, particular no caso, pudesse responder às questões fundamentais que envolveram o próprio problema: O que foi dito é legítimo? De onde vem a legitimidade? O que está em questão de fato existe? Estamos de acordo sobre o fato e o próprio objeto? Que fato é esse? (MEYER, 1998, p 35). Pode-se racionalizar a atitude do barbeiro, mas o medo primeiro já estará alojado confortavelmente no universo das paixões do auditório. A conclusão, nesse caso, parece indicar que, no exercício da retórica do amedrontar, o medo, visto como produto da eficácia, se antecipa, como sempre e furiosamente, às possíveis respostas racionais. Como monstro aterrorizante, solicita ações imediatas e o ato retórico que sustenta esse discurso reforça e imprime valores ao existir quando, por exploração do gênero laudatório e uso de argumentos de amplificação, provoca alteração patética no auditório.

O medo, então, como produto discursivo, pode ligar-se à teoria da problematidade de Meyer (1998), que considera, na linguagem, o par pergunta-resposta como fundamental. O filósofo vê o *pathos* como a dimensão retórica da interlocução. O *ethos*, nesse caso, tem o orador como princípio ligado ao argumento de autoridade. O *pathos* comporta as perguntas do auditório, as emoções experimentadas diante dessas perguntas e suas respostas, além dos valores que justificam a seus olhos essas respostas e essas perguntas. O resultado é sempre eficaz, pois, a reação responsiva é componente inalienável do ato retórico e, como afirma Le Breton “nenhuma parte do homem escapa à afirmação de sua afetividade nos momentos em que fala ou se cala” (LE BRETON, 2009, p. 39). Como os movimentos passionais antecipam-se à razão, é fácil compreender que, no plano retórico, o medo é uma pergunta sem resposta.

b) Dizem que... – O medo que se infiltra na História

O medo é sempre o mesmo, mas veste-se de forma diferente para cada ocasião. O discurso amedrontador, que sempre encontra espaço no cotidiano, pode surgir como produto de ato retórico constituído a partir da concepção de medo como um fenômeno que atua, sobretudo, no fluir do próprio tempo (o medo sempre se projeta para o futuro). Esse ato retórico, quando bem urdido, quase sempre se mostra como uma afecção capaz de mudar o destino. Um bom exemplo encontra-se no discurso sobre Thomas Hobbes (1588-1679), que teria nascido prematuramente, em face do sobressalto de sua mãe com as notícias de que a Armada Espanhola estaria se aproximando da Inglaterra. Janine Ribeiro ilustra o evento:

Existiu na Inglaterra um grande **medo** de 1588: a nação protestante aguardando a invasão espanhola, as povoações ribeirinhas espreitando o desembarque da armada que se temia invencível. **Não faltaram alarmes falsos**: especialmente na finisterra inglesa, a Cornualha; num desses **pânicos** nasceu Thomas Hobbes, de parto prematuro – ‘minha mãe pariu gêmeos: eu e o medo’, como recordará, autobiógrafo, daí a noventa anos. [...] O medo, gêmeo de um pensador, marcando-o desde o nascimento, enlaçado com ele feito **herança** ou gene, como seu direito ou natureza; a vida e obra de Hobbes são pontuados por esta paixão. (RIBEIRO, 1989, p. 17, grifos nossos).

O medo que se infiltrou nas entranhas da mãe do filósofo, provavelmente aproveitou-se de um desses “alarmes falsos”, de um “desses pânicos” para criar as convulsões prematuras que deram origem ao bebê Hobbes. Pelo jeito, tornou-se, de fato, herança genética, pois Hobbes, anos mais tarde, declararia: “O medo foi a única paixão de minha vida” (RIBEIRO, 1989, p. 17). O terror de Hobbes, por mais que tenha justificativas históricas e reais, nasceu como reflexo discursivo e potentemente retórico.

Aristóteles (s/d), que analisa as paixões nos tratados que versam sobre a arte da palavra, afirma que o temor é um certo desgosto ou preocupação resultante de um mal iminente, ou danoso ou penoso. Por isso, complementa o filósofo, até os indícios de “tais coisas” são temíveis. O perigo, então, está justamente na aproximação do temível e o medo, por conseguinte, é a reação natural. A mãe de Hobbes, atingida por essa impressão do mal iminente, reagiu fisicamente. Hobbes, por sua vez, sentiu diferentemente os reflexos do medo ao longo da vida: temeu, sempre, pelo perigo da virtude ultrajada pelo discurso daqueles que, de um modo outro, poderiam fazer-lhe mal. Os dois, cada um a seu modo,

foram atingidos pela retórica do terror porque o medo, em todas as suas formas, é sempre efetivo quando estamos de algum modo à mercê de outrem. Pelo discurso retórico, é possível atingir a eficácia pretendida:

Assim, quando é melhor que os ouvintes sintam temor, é preciso pô-los nessa disposição de espírito, dizendo-lhes que podem sofrer algum mal, pois outros mais fortes que eles sofreram; e mostrar-lhes que pessoas como eles sofrem ou sofreram, por parte de quem não imaginavam, essas provações e em circunstâncias que não esperavam. (ARISTÓTELES, 2000, p. 35).

Perelman, por sua vez, vale-se do pensamento de Santo Agostinho para, de igual modo, explicar a eficácia da persuasão como efeito do discurso aterrorizador:

O auditório só será verdadeiramente persuadido “se conduzido pelas vossas promessas e **aterrorizado pelas vossas ameaças**, se rejeita o que condenais e abraça o que recomendais; se ele se lamenta diante do que apresentais como lamentável e se rejubila com o que apresentais como rejubilante; se se apieda diante daqueles que apresentais como dignos de piedade e se afasta daqueles que lhe apresentais como homens a temer e a evitar”. (PERELMAN, 1993, p. 32).

Como vemos, o medo, infiltrado pelo discurso, pode ultrapassar os limites do subjetivo, das impressões rotineiras, para deixar marcas sociais profundas que, de fato, alteram o destino do auditório apaixonado. Nesse sentido, viaja para além do cotidiano na barbearia e se projeta para o desenrolar da história de cada um e de todos. De modo impreciso, mas profundamente marcado, o temor do que pode vir a ser impõe limites históricos para o auditório. O termo “limites”, aqui tomado no sentido etimológico de demarcação de fronteiras, determina o espaço e o tempo histórico permitido ao existir do auditório e, por consequência, formata identidades.

Um exemplo muito simples pode ilustrar a criação discursiva de limites: alguém, algum dia, em algum lugar, por algum motivo intencional ou a partir da interpretação livre de um fato histórico, quer por motivos políticos, quer ideológicos, de modo responsável ou irresponsável, afirmou que comunistas comem criancinhas. Retoricamente, esse alguém cumpriu seu papel de orador: enunciou claramente o que, a seu modo, era conveniente pensar, ainda que a afirmação pudesse ser contestada ou explicada. Ora, sem, evidentemente, entrar no mérito da pertinência ideológica ou não do Partido Comunista, seria possível aferir que o Partido, historicamente de esquerda, surgiu pela crença nos princípios do marxismo-leninismo, ganhou expressão nacional pela forte penetração conseguida

nos meios sindicais e estudantis e, por muitos motivos também conhecidos, atuou, por um bom período de tempo, na clandestinidade. Envolveu-se, pois, numa aura de mistério muito propícia para propaganda de todos os tipos. Talvez o auditório a quem a frase foi primeiramente dirigida pouco soubesse sobre os princípios e o programa de atuação do “Partidão”, mas o fato é que, por mais estranha que possa ser, a frase ganhou, no discurso dominante, status de verdade e infiltrou-se no imaginário do brasileiro. Evidentemente, sozinha, a afirmação em si não justifica o medo que instaurou no seio popular, uma vez que se insere em um contexto muito mais complexo, mas, ao explorar, retoricamente, o lugar da qualidade e somada a muitas outras formas discursivas difundidas como propaganda favorável ou desfavorável ao conceito de comunismo, projetou-se no seio social como o que se poderia chamar de implícito sugerido: “algo” capaz de modificar profundamente o status vigente da sociedade.

A força dessa afirmação tem reflexo no discurso dos próprios militantes, como podemos ver no trecho selecionado a seguir, retirado de uma entrevista, publicada na revista *Lua Nova* (1985). O entrevistado é Takao Amano, militante do Partido Comunista Brasileiro desde 1963, quando ainda participava do movimento estudantil secundarista. Os trechos selecionados revelam, por meio das respostas dadas a Edison Nunes, os apuros da vivência na clandestinidade e dão ideia de como o medo se presentifica em qualquer lado da questão, ainda que por motivos distintos e explicáveis. A abertura da entrevista já denota o que andava nas cabeças, andava nas bocas. Os demais trechos indicam os apuros para a preservação do corpo e dos ideais:

Abertura: “Eu sou comunista.”. De repente, esta frase — que, alguns anos atrás, só podia ser sussurrada em situações muito especiais — pode ser dita com a maior naturalidade. “PCB é legal” — diz o slogan descontraído nos broches dos militantes. Sem dúvida, uma conquista política da maior importância. E é preciso não esquecer que, além da liberdade de expressão do pensamento e da liberdade de organização política, esta conquista toca também, muito, na questão das liberdades individuais. O que mudou no cotidiano dos comunistas? Como é ser um comunista, à luz do dia?

Trechos recortados da entrevista:

EDISON — O que significou, em termos afetivos, fazer política na clandestinidade?

TAKAO — Como em todo período de repressão, é uma época em que você sufoca muito os sentimentos. Você é como um animal ferido que está sendo caçado, tem de estar constantemente alerta para ver de onde virá o bote.

E, ao sufocar os sentimentos, você pode se transformar em uma outra pessoa... fria e por demais racional. [...] Nada melhor do que podermos ser o que realmente somos, trabalhar como somos e nos apresentar como somos. Sem nenhuma repressão. Hoje ainda existe repressão, mas é muito mais camuflada e muitas vezes seletiva. [...] Nada melhor que a liberdade! Hoje você vê as pessoas falando o que não falavam. Antes eu sussurrava, hoje já falo mais alto. A clandestinidade cria certos hábitos, o de falar pouco, de só falar em certos códigos, falar sempre baixo, e nunca falar nomes de pessoas. Especialmente no telefone, que podia estar “grampeado”, ou em lugares fechados, por causa de possíveis microfones escondidos... São medidas que vão dificultando sua vida. Hoje podemos falar sem medo. Por isso muitos comunistas estão saindo da toca. Alguns com 25 anos de partido estão voltando com a legalidade. E voltam trazendo um batalhão de gente. [...] Pessoas que queremos ter no Partido podem agora ser convidadas muito abertamente: “Você quer entrar no PCB?”. Ou então: “Quer conhecer o que é o comunismo?”. E há espaço até para a brincadeira muito descontraída: **“Vocês comem criancinha mesmo?”**. Podemos também vender abertamente nosso material: jornais, brochezinhas e panfletos. Para nós, enquanto pessoas, isso é fabuloso. Falar o que se pensa. Ter essa liberdade de falar integralmente o que você pensa. E também, ouvir o outro dizer onde concorda, onde não concorda. É a liberdade de poder transmitir alguma coisa para outro ser humano, é o diálogo. Não ter essa possibilidade, ter de se esconder, só falar nos “momentos devidos”, estraçalha o coração. (Lua Nova, 1985).

O medo, pois, é inimigo do diálogo. No outro lado da mesma moeda, com medo de mudanças bruscas no futuro imediato, boa parte de auditórios menos informados dos princípios do ideal partidário se contraía de algum modo diante da simples menção ao nome do Partido Comunista Brasileiro. O temor, novamente, suplanta o que poderia ser dado em resposta racional (e que poderia levar à convicção de partilhar ou não dos ideais comunistas) e interfere no tempo da consciência (pela rapidez com que se instaura) e no tempo histórico (pela criação de um status de verdade). Muitos outros discursos persuasivos seriam necessários para dissipar o medo instaurado dos “ismos” e “istas” (muitos têm medo do anarquismo, dos umbandistas etc.) e seria necessário muito argumento para aproximar ou afastar o auditório do às vezes inexplicável temor de tais palavras, do temor de pessoas que simbolizam, de algum modo, esses termos no espaço em que habitam. É, também de novo, o monstro criando um fator de interferência muito forte nos domínios do preferível, do aceitável, do razoável. No rudimentar exemplo dado aqui, o princípio discursivo que instaura o medo

nem precisa pautar-se em raciocínios formalmente corretos, não necessita de induções, mas, sim e apenas de argumentos silogísticos ou falaciosos de toda a espécie, com o objetivo único de ganhar a adesão dos espíritos às teses apresentadas. O medo escolhe o auditório e conduz decisões históricas, cria modelos, valores e, quando certo, consegue convulsionar os afetos.

Assegura-se, assim, o conceito meyeriano: “A retórica é o encontro entre os homens e a linguagem na exposição das suas diferenças e das suas identidades” (MEYER, 1994, p. 41). O medo retórico atua nas diferenças. O orador, consciente de sua ação, explora o universo da *doxa* e coloca o auditório em posição de juízes: aqueles que analisam uma causa passada ponderam sobre o justo, o legal e sobre o injusto, o ilegal, consideram a ética envolvida e, a partir da reflexão, condenam ou absolvem.

O uso da palavra, portanto, atinge um universo complexo em que o *ethos*, como vimos nos exemplos citados, deixa de ser simplesmente a propriedade de um orador (quem, primeiramente, lançou a ideia de que comunistas comem criancinhas? Quem anunciava o desembarque iminente da armada espanhola?), para abranger um domínio, um nível, que faz ecoar, menos ou mais fortemente, a dimensão de uma voz ou de muitas vozes traduzidas simplesmente em “dizem que...”. Como o apagamento da voz, com um contexto específico, atinge-se um auditório, a princípio desarmado e crédulo. O medo social é produto das intenções de muitas vozes, que parecem vir no soprar do vento. Nesse caso, os atos retóricos atuam sobre o tempo e o espaço e deles se valem para provocar apagamento: o orador se esvanece e (ainda que apenas aparentemente) perde, na indiferenciação, a identificação, mesmo que saibamos que o discurso que implica julgamento positivo ou negativo sobre algo ou alguém emanou de outro alguém, situado num espaço e num tempo determinados. Assim, ainda que o auditório não saiba, esse alguém que sopra ao vento não perdeu sua identidade nem o poder de discursar com princípios persuasivos. Sujeito indeterminado, *ethos* constituído num complexo de apagamento da voz e do lugar de onde emana, o orador remanesce escondido no “Dizem que...”. Retor poderoso, tem efetivo poder persuasivo e atinge auditórios pela propriedade de transformar o que seria uma pergunta (“Os comunistas comem criancinhas?”) em uma resposta, muito afirmativa (“Os comunistas comem criancinhas.”, “A Armada Espanhola está chegando.”) e, desse modo, escondem o problematológico da situação retórica. Como afirma Meyer, “sempre e em todos os casos, a relação retórica consagra uma distância social, psicológica e intelectual, que é contingente e de ocasião, e que é estrutural ao manifestar-se, entre outras formas, através de argumentos ou da sedução.” (MEYER, 1994, p. 41-42).

c) O medo das instituições e as instituições do medo

Três tipos de argumentos são fundamentais para a persuasão: o *ethos* (ligado ao caráter do orador), o *pathos* (ligado ao auditório) e o *logos* (a argumentação propriamente dita). Na dimensão retórica da interlocução, o *pathos* faz assomar as paixões e comporta as perguntas do auditório, as emoções que ele experimenta diante dessas perguntas e suas respostas e os valores que justificam a seus olhos essas perguntas (MEYER, 1994). O *logos*, ao sustentar-se na razão, explora o crível existente num contexto retórico: o conjunto de fatores temporais, históricos, culturais, sociais, científicos e filosóficos que exercem influência no ato de produção e de recepção dos discursos. As instituições sabem que as práticas sociais constantemente sofrem inevitáveis mudanças em função da quantidade de informação e reflexão pública e renovada sobre estas próprias práticas. Evidentemente, o caráter das práticas sociais é constitutivamente renovado. Quando as instituições têm princípios rígidos a manter, não conseguem esconder o medo das mudanças.

Por princípio, as instituições possuem um discurso autoritário. Por princípio, os representantes da instituição têm discurso autorizado. A voz da instituição, veiculada por leis, mandamentos, regras, explora o *logos*. Os representantes das instituições, por sua vez, cuidam para que os princípios institucionais sejam mantidos. Podem fazer isso pelo estrito cumprimento do que é determinado nos livros sagrados, na tradição oral, nas leis e regras, nos princípios éticos, mas, como o mundo se transforma, podem precisar impor seu *ethos* para manutenção da ordem pretendida. Precisam, então, tocar a mola dos afetos do auditório para conseguir adesão ou simplesmente valer-se da força — inimiga da retórica — para adquirir segurança, acalmar ânimos e aplacar revoluções. Se o *logos* é o lado racional do discurso institucional, *ethos* e *pathos* são de ordem afetiva, e a confiança ou a desconfiança na instituição são, primeiramente, atributos do *ethos* da própria instituição, mas o *pathos*, produto final de qualquer discurso retórico, é sempre e exclusivamente da competência do auditório. Ressalte-se que a voz que discursa, comumente é a “institucional” (na verdade, é aquela que emana dos representantes da instituição) e, nesse sentido, as instituições (vistas como entidades constituídas por ideias, princípios e valores) podem sentir medo de perder a confiança, de serem desobedecidas, de perderem a força que exercem sobre o auditório particular ou universal. Chartier e Hébrard nos fornecem um bom exemplo:

No período entre a Belle Époque e o pós-1968, as autoridades eclesiásticas lembram regularmente que a Igreja não deve ignorar o que é impresso e lido. Cabe aos bispos intervir com firmeza e solenidade para enfrentar os perigos que ameaçam gravemente os cristãos e, em decorrência, a instituição eclesiástica: a leitura é um perigo que cresce a partir de meados do século XIX. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 26).

Como é fácil perceber, a instituição Igreja temia a leitura, justificando temor pelos “perigos que ameaçam gravemente os cristãos”. Há um nítido medo anterior: o da perda dos fiéis. Há, ainda, um medo que antecede o anterior: o medo da perda de poder sobre os cristãos e, em termos mais brandos, um temor de perder almas, pois “a salvação estaria mais segura, conforme os bispos, se as pessoas se mantivessem na ignorância” (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 27). O problema centralizado no objeto livro e na leitura dos cristãos é de natureza contextual, como bem justificam os autores:

Há razões conjecturais para isso. O desenvolvimento de uma imprensa e de uma literatura de propaganda republicanas ou socialistas, de que os acontecimentos de 1848 parecem ter sido a consequência mais direta, inquieta os notáveis de todos os quadrantes, assim como o poder estabelecido; os progressos da alfabetização rural ameaçam agora os bastiões do catolicismo tradicional e provocam o temor pelas almas mais débeis. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 26).

A preocupação da Igreja com a leitura é histórica e esse é apenas um exemplo recente do embate travado entre a escrita e as instituições. Pela defesa de princípios, instaura-se uma retórica da guerra que incita os bispos a “intervir com firmeza e solenidade para **enfrentar** os perigos que **ameaçam** gravemente os cristãos” (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 26, grifos nossos).

Sabemos como, no percurso da história, a Inquisição reagiu às heresias e muitos outros exemplos, retirados do comportamento de muitas micro e macroinstituições, poderiam ser aqui citados. Assim como a Igreja, o Judiciário e a família, as instituições são vinculadas à condição humana. Por isso, vivem, como todos os homens, situações polêmicas que exigem ou o exercício da autoridade ou o exercício da retórica. O medo institucional, por sua vez, é traduzido em discursos que causam medo. Às vezes, como no exemplo citado, basta valer-se do argumento de “fragilidade” do outro para a manutenção do *statu quo*.

O medo que sente a autoridade é apenas o reflexo discursivo de um medo anterior, alojado na própria autoridade, de perder o prestígio angariado institucionalmente e de perdê-lo no período em que se responsabiliza pela manutenção

da “verdade” institucional. Com medo, as instituições, afetadas pelas mudanças no pensamento social, atemorizam por meio dos discursos autorizados de seus representantes. E o efeito retórico, patêmico, é muito ativo, enérgico, eficaz, forte, rude ou violento. O discurso institucional do medo não vem no vento. Camufla-se ou revela-se apoiado no nome da própria instituição: é a justiça que determina, é o governo que estabelece, é a medicina que prescreve. Assim é, mas, em muitos casos, poderia ser diferente.

Contornos do Medo

A mãe de Hobbes tinha suas razões para se sentir ameaçada. Hoje, os homens continuam tão violentos como sempre foram, defendem seus princípios com igual força, formam exércitos mercenários, criam guerras desatinadas, exercem a crueldade em guerras locais e, como sempre, ameaçam a integridade humana. Adoram a manutenção da força semântica contida em “olho por olho, dente por dente”. O fenômeno novo é a industrialização da guerra, que carrou outros medos contemporâneos: bombas nucleares e armas químicas nos fazem temer de modo menos ou mais intenso. No dizer de Giddens (1984), vivemos numa sociedade de risco, num mundo em que os perigos estão sendo criados por nós mesmos. Assim, tememos o risco ecológico, a catástrofe nuclear e a derrocada da economia global, talvez porque conheçamos o homem e sua força para imprimir aos discursos as suas opiniões imediatas, revestidas de uma aura de “verdade”.

Nosso exemplo de constituição de monstros verossímeis traduzida pela figura do barbeiro “assassino” tem outras facetas mais íntimas e realistas. O assassino transfigura-se no medo do resultado da dieta que fazemos, dos remédios que tomamos, das reações dos que nos são próximos. Como arma de amplificação do mundo contemporâneo, o perigo está sempre rondando o cotidiano e o medo é irmão gêmeo do risco. O homem sempre temeu as consequências dos movimentos da natureza externa (más colheitas, pragas, enchentes), mas, em nossos dias, como afirma Giddens (1984), passamos a nos inquietar bem menos com aquilo que a natureza pode fazer conosco, para atemorizarmo-nos bem mais com o que podemos fazer com a natureza.

O caráter do medo é traduzido em palavras como “perigoso”, “arriscado”, “duvidoso” e, pelo discurso, oradores e oradores sempre tentarão imprimir suas verdades aos auditórios e auditórios. E tentarão de muitas formas, pelo uso de inúmeras estratégias argumentativas. Talvez aí resida o grande mérito da retórica: ela exige que se coloque em xeque a pretensão das verdades absolutas. Ainda que isso cause muito medo.

REFERÊNCIAS

AMANO, Takao. Um dia na vida de um comunista. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 70-74, dec. 1985.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. São Paulo, Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Introdução, notas e tradução do grego de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHARTIER, Anne Marie; HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura: 1880-1980**. Tradução Osvaldo Biato e Sérgio Bath. Revisão técnica Maria Thereza Fraga Rocco. São Paulo: Ática, 1995.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 35-76.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na idade clássica**. Tradução José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. *In*: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Tradução Jayme Salomão. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1986. p. 81-171.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: outline of the theory of structuration**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1984.

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias – antropologia das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MEYER, Michel. **Questões de retórica: linguagem, razão e sedução**. Tradução António Hall. Lisboa: Edições 70, 1998.

MEYER, Michel. As bases da retórica. *In*: CARRILHO, Manuel Maria (org.). **Retórica e comunicação**. Tradução Fernando Martinho. Porto, Portugal: Edições ASA, 1994, p. 31-70.

PERELMAN, Chaïm. **O império retórico: retórica e argumentação**. Tradução Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. Porto: ASA, 1993.

RIBEIRO, Renato Janine. **Ao leitor sem medo: escrevendo contra seu tempo**. Belo Horizonte: UFMG, 1989.